

**Transformando selvagens em civilizados.
Um plano de educação para os índios do Brasil
segundo a professora Leolinda Daltro**

PATRÍCIA COSTA GRIGORIO*

A atuação indigenista de Leolinda Daltro se iniciou em 1896, quando então conheceu um grupo de índios Xerente liderado pelo cacique Sepé que vinha pedir ao presidente da República, Prudente de Moraes, a presença de alguém que desse continuidade ao trabalho de catequese em sua aldeia. Tocada pela necessidade que os índios apresentavam de alguém que os ensinasse a ler e escrever, Leolinda decidiu acompanhá-los de volta à aldeia na região do rio Tocantins e durante quase cinco anos permaneceu em excursão por diversas aldeias indígenas nos estados de Mato Grosso e Goiás. Neste período, fundou uma colônia indígena chamada Joaquim Murinho, onde montou uma escola com um número considerável de alunos matriculados.

Mas durante a expedição, enfrentou diversos problemas para colocar em prática seu trabalho de educação para os índios ao sofrer grandes resistências dos religiosos responsáveis pela catequese. Quando a professora Leolinda Daltro chegou a Goiás, em 1897, o Estado possuía um longo histórico de relações com a catequese religiosa. A região dos rios Tocantins e Araguaia era tradicionalmente um território de atividade missionária e apesar de existirem discussões a respeito dos resultados negativos deste trabalho desde o final do século XIX e extinção de diversos aldeamentos, a catequese religiosa ainda estava em prática e contava com a atuação de missionários na sua direção. Era através dos missionários que se pretendia intervir na vida social indígena, estabelecendo mudanças em uma cultura considerada inferior, fazendo-os adotar uma outra supostamente superior. Transformar os índios em cristãos significava imprimir nos mesmos os valores civilizados. Neste sentido, deixariam de ser selvagens e abandonariam seus costumes bárbaros, adotando costumes que pudessem ser úteis ao desenvolvimento do país (KARASH, 1992).

Ao retornar ao Rio de Janeiro, em 1900, a professora Daltro iniciou uma

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

campanha intensa a favor da instalação definitiva da colônia indígena em Goiás a fim de reunir os diversos grupos étnicos e promover uma educação leiga a fim de incorporá-los à sociedade brasileira. Para tal empreendimento, a professora dedicou boa parte do espaço que lhe foi concedido na imprensa carioca para fazer uma propaganda negativa da catequese religiosa no Estado de Goiás e sua defesa pela implantação de uma catequese laica para os índios.

Em 1902, uma nova expedição foi enviada ao Rio de Janeiro pelo cacique Sepé com o objetivo de levar a professora Daltro de volta à Goiás. Não conseguindo apoio para seu retorno, a professora permaneceu na Capital Federal em companhia dos índios. A este grupo veio se juntar, em 1906, alguns guaranis vindos de São Paulo e do Paraná, comandados pelo cacique Marcelino Ruffino Jepiá-jú, ficando todos hospedados na casa da professora. Com eles Leolinda Daltro promoveu passeatas pela cidade, visitou redação de jornais, compareceu a diversas cerimônias cívicas e solenidades públicas a fim de chamar a atenção da sociedade carioca para a causa indígena. Educados e formados em diversas profissões pela professora estes índios serviam como “prova” da eficácia de seu projeto educacional.

Seu projeto de educação para os índios pressupunha uma total ausência do elemento religioso e afastamento dos missionários da atividade catequética, sendo estes substituídos por professores leigos, movidos pelo amor à causa indígena. Para a completa integração do elemento indígena à sociedade nacional, o modelo de catequese proposto pela professora Daltro deveria se voltar para a constituição dos índios como cidadãos e trabalhadores. A educação dos índios deveria se equiparar à educação destinada ao restante da população, incluindo em seu currículo disciplinas de caráter científico, moral e cívico. A defesa da substituição da catequese religiosa pelo uso da razão na educação dos índios estava na idéia de que esta levaria a uma mobilização das suas potencialidades humanas permitindo-os atingir o mesmo estágio dos “civilizados”.

Neste trabalho, propomos discutir o projeto de catequese leiga para os índios da professora Leolinda Daltro. Nossa principal fonte é o livro *Da catechese dos índios no Brasil. Notícias e documentos para a História* - publicado em 1920, onde a professora relata a sua ação como indigenista na região Centro-Oeste do país e também sua atuação política no Rio de Janeiro a favor dos índios - analisado em conjunto com outra

publicação da professora – o folheto feminista *Início do feminismo no Brasil – Subsídios para a História*, onde ela traça um panorama da sua trajetória não só como indigenista, mas também como educadora.

Por uma educação científica e industrial

A expedição do cacique Sepé ao Rio de Janeiro, em 1896, não se constituía num fato inédito para os moradores da capital nem para os índios. A tribo Xerente, originária da região do rio Tocantins, possuía um histórico de viagens ao Rio de Janeiro desde os tempos do Império. O envio do frade capuchinho Antonio de Ganges para catequiza-los, havia sido um atendimento à reivindicação dos Xerente ao Imperador D. Pedro II, durante uma expedição ao Rio de Janeiro, em 1866.

Alguns anos antes da visita dos Xerente, um grupo Krahô também oriundo da região do rio Tocantins, havia feito o mesmo percurso a fim de solicitar ao Imperador ajuda para sua tribo. Eles receberam do monarca instrumentos agrícolas e vários objetos e seu líder ganhou uma patente de Coronel da Guarda Nacional assim como uma farda encomendada especialmente para ele (GALLAIS, 1942). Durante a República, a capital continuaria recebendo visitas dos índios vindos de várias regiões do país a fim de fazerem, pessoalmente, reivindicações de brindes, denúncias e pedidos de ajuda contra fazendeiros que invadiam suas terras.

Mas naquela ocasião, os motivos apresentados pelos índios para uma viagem tão inhóspita, faziam com que a imprensa reivindicasse uma recepção melhor do que eles vinham tendo desde que haviam chegado à cidade. O Capitão Sepé se apresentava aos olhos dos jornalistas que visitavam o grupo na delegacia de polícia como um “magnífico elemento de catequese”. Produto da intervenção missionária capuchinha no norte de Goiás, o líder indígena tinha boa fluência do português e tinha “excelente maneiras, levando mesmo em vantagem, em delicadeza e trato a certos indivíduos civilizados de nascença”. E segundo os jornais, ofuscado um dia pela *luz do progresso*, o grupo de Sepé teve seus horizontes de ambição alargados e desejava mais do que ferramentas e objetos agrícolas: queria do governo auxílio para a educação,

principalmente das crianças, que precisavam de alguém que as ensinasse a ler e a escrever.

Eu faço o que posso... vou buscar bugre no matto, com geito trago elle para o aldeamento, trato elle bem, elle depois vae contar a outros e outros vêm. Mas eu não sei nada, não sei escrever, não posso ensinar aos pequenos que vão nascendo, me dóe o coração de ver tanta gente sem ser aproveitada! (DALTRO, 1920)

Segundo os relatos do chefe indígena, os integrantes de sua aldeia viviam entregues ao trabalho exemplar executado na lavoura e em perfeita ordem, não encontrando entre eles casos de furto, assassinatos ou infidelidade conjugal. Os elogios publicados em referência ao estágio civilizacional do grupo Xerente expressam valores culturais importantes no período. Chamados pelos jornais de *ex-selvagens*, os índios da aldeia Providência se encontravam num nível intermediário entre o *índio selvagem* e aqueles que estavam a meio caminho da civilização. Este estágio intermediário se expressava, nas reportagens, através da *ordem* estabelecida na aldeia assim como na dedicação dos índios ao *trabalho na lavoura* – considerados elementos chaves na transição dos índios de um estado de *selvageria* para a *civilização* (SALLES, 1986).

O momento vivido nos anos iniciais da República foi de alteração do código ordenador da sociedade: se na sociedade imperial o mundo estava ordenado pela **Unidade**, “na passagem do século se definirá, sobretudo pela noção de **Progresso**, vinculada a uma nova ética do trabalho que buscará impor-se” (NEVES, 1986:9). Revestida pela ótica do progresso, a visão republicana de governo identificava trabalho com riqueza, fazendo com que o ato produtivo passasse a sofrer uma valoração positiva e engrandecedora.

Assim como o trabalho, a educação era uma das faces do projeto modernizador republicano, que tinha outras como a higienização, a ordem e por fim, o progresso. Estas não se davam em separado, estavam em inserção uma com as outras, formando o conjunto da proposta governamental. A educação tinha o papel de redimensionar a noção ideológica do trabalho, fazendo-o ser entendido como uma atividade intrínseca ao homem, capaz de recuperar e elevar o sentido ético dos indivíduos, adquirindo qualitativos de construtor do progresso e da riqueza. Além de instrumento ideológico, a educação também deveria atuar na formação de mão-de-obra para a nação.

Estes pressupostos ajudam a compreender a receptividade à oferta feita pela professora primária Leolinda Daltro para seguir com os índios até Goiás e fundar uma escola na aldeia. Para a imprensa da capital, o oferecimento da professora se apresentava como ato de patriotismo e abnegação e, “missionária que já era como mestra das nossas creanças” não haveria ninguém melhor do que Leolinda Daltro para desempenhar essa importante “missão civilizadora”.

A importância adquirida pela educação possibilitou a construção de representações sobre a figura do professor, responsável pela formação do cidadão e portador de uma missão cívica e patriótica. Vista como um dos principais instrumentos para elevar o país ao nível das nações civilizadas, o sucesso da educação dependia da figura enaltecida dos professores formados de acordo com os valores republicanos. Os adjetivos dirigidos à figura da professora não só no período em que se propôs a seguir viagem com os índios, mas também após seu retorno ao Rio de Janeiro anos mais tarde – missionária dos índios, dedicada, abnegada, patriota – expressam o papel de magistério, entendido como apostolado e sacerdócio (SOUZA, 1998).

Apesar de verificarmos um aumento da presença feminina no magistério desde o final do século XIX decorrente da idéia de que o ensino de crianças era uma tarefa na qual as mulheres estavam *naturalmente* inclinadas, as idéias positivistas acerca do papel da mulher contribuíram para que as professoras, em especial, se sentissem duplamente importantes, pois eram mães e mestras (LOURO, 2006). Leolinda fazia parte de uma geração de mulheres que encontrou no magistério uma forma de inserção no mercado de trabalho, já que, em razão dos baixos salários, a função se tornou pouco atrativa para os homens. O professorado era visto como uma atividade profissional para qual a mulher possuía uma vocação natural, já que era entendido como uma extensão de sua função maternal: educar crianças. Mesmo permitindo a atuação das mulheres no âmbito público, o magistério não subvertia a “função feminina fundamental, ao contrário, poderia amplia-la ou sublima-la” (LOURO, 2006:450).

Leolinda Daltro iniciou sua carreira no magistério na Bahia e valendo-se desta experiência e de uma rede de contatos, a professora assumiu classes em escolas públicas do Rio de Janeiro, aonde chegou com sua família em 1887. Em trabalho biográfico acerca de Leolinda Daltro, Elaine Pereira Rocha trabalha com a hipótese de que

Leolinda teria sido uma das alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Salvador, dirigido pelas irmãs ursulinas, que recebia meninas órfãs e desvalidas (ROCHA, 2002).

O Colégio Sagrado Coração de Jesus teve grande influência sobre o sistema de educação na Bahia, tanto por seu papel enquanto centro de educação para meninas como propagador de sua proposta de ensino que chegou a outras escolas e salas de aula por meio de suas alunas, que por sua vez assumiam o papel de professoras. A instituição preparava as alunas para o magistério e para o casamento e possuía um currículo considerado avançado para seu tempo, que incluía geografia, história, francês e matemática, além de prendas domésticas. Havia por parte das religiosas uma preocupação em oferecer formação profissional às alunas a fim de que elas pudessem obter meios de sobrevivência, caso ficassem viúvas, e no caso das alunas de poucos recursos, meios de sobreviverem através de uma atividade que as afastassem da prostituição.

Hoje com o estudo aperfeiçoado e methodico das primeiras letras, do francez, dos principios elementares da geographia, doutrina christã, Historia Sagrada, e todas as prendas proprias do sexo, costuras, bordados de linha de prata, de ouro, obras de tear, flores de todas as qualidades..., e com o conhecimento pratico dos demais ensinos domesticos (...) podem, quando chegam à puberdade e estão no caso de sair...1º ganhar decentemente a vida sendo úteis a seus parentes, 2º ser dignas consortes e boas mães de família, 3º encarregar-se da educação e instrução de meninas que aprendem em collegios particulares, para onde já se nos tem requisitado nossas educandas...¹

A filosofia educacional da instituição aponta grandes semelhanças com a proposta educacional da professora Leolinda Daltro. Ela apresentava uma preocupação em preparar as mulheres para a vida familiar e ao mesmo tempo, oferecer-lhes condições de sobrevivência através de um trabalho digno. Atuando em cursos noturnos, a professora Daltro atendia estudantes que trabalhavam durante o dia, primeiro no Matadouro de Santa Cruz e depois no Engenho de Dentro e na Praia Pequena, onde atendia a 64 operárias da “Fabrica de Phosphoros Cruzeiro”.

¹ Relatório Apresentado à Nova Meza do Collegiodas Órphãs do SS Coração de Jesus pelo escrivão do mesmo collegio dr.Eloy José Jorge. Bahia, Typographia dos Orphãos de S.Joaquim,1872. Citado por ROCHA, op.cit.

Transferida ainda por conveniência do ensino, e ainda por meio de dous – ABAIXO ASSIGNADOS - para a Praia Pequena, continuei com o CURSO NOCTURNO – no qual se matricularam sessenta e quatro operarias da – FABRICA DE PHOSPHOROS CRUZEIRO, - tendo eu a felicidade de ensinar e educar pobres moças analphabetas, das quaes hoje são professoras cathedricas, algumas floristas, modistas, etc. Esses cursos foram mantidos GRATUITAMENTE, fóra do programma oficial e por minha propria conta...(DALTRO, 1918)

Sua preocupação com a educação feminina esteve presente durante toda sua carreira como professora. Em 1911, como apoio do então prefeito da cidade Serzedelo Correa, que lhe cedeu o prédio na rua General Câmara, a professora fundou a Escola de Ciências Artes e Profissões Orsina da Fonseca, voltada para o ensino profissional de mulheres. Nesta, o ensino era gratuito e as moças contavam com aulas de flores artificiais, bordados, corte e costura, fabricação de chapéus, enfermagem, além de matérias elementares e científicas. Preocupada com a qualidade do ensino e com o rigor técnico, a professora recrutava profissionais qualificados para o ensino de cada profissão, como o alfaiate que ensinava o corte de roupas masculinas e o médico que dava aulas de enfermagem.

O programma da escola é diffundir o ensino prático das profissões adequadas às mulheres. Alli elas aprendem a fazer chapéus, flores, bordados, cortar seus próprios vestidos e até cortar as roupas de seus maridos e filhos. Para isto pagamos um alfaiate que ensina a fazer roupas para homem.²

Como educadora Leolinda Daltro vivenciou e foi influenciada pelos debates dos intelectuais acerca da educação. Sua atuação pedagógica apresenta diversas características das idéias liberais acerca do papel da educação para a construção da nação, para a modernização do país, a moralização e disciplinarização da população (SOUZA, 2000). Segundo seu relato, sua iniciativa já era apreciada pelas autoridades imperiais e durante seu trabalho no Matadouro de Santa Cruz, teria recebido a visita da Princesa Isabel e do Conde D'Eu que não pouparam elogios à sua pedagogia.

...O programma primário era, naquella época, por demais deficiente; o ensino limitava-se à leitura, escripta, grammatica e ás quatro operações fundamentaes da arithmetica. Achei que isso era pouco e que eu podia, como professora, amplial-o, o que fiz, inaugurando um novo regimen escolar. Iniciei, portanto, o

² Evocando os primeiros surtos do feminismo. A Noite, 03/08/1934.

ensino de ARTES E PROFISSÕES, de que o programma oficial não cogitava, de forma que as creanças cursassem, além das matérias do programma oficial, mais outras, facultando-lhes assim aptidões necessárias afim de que, ao sahirem da escola, podessem obter, com trabalho, os meios de subsistência. (DALTRO,1918)

Segundo ela mesma afirmava, seu programa educacional para crianças, jovens e mulheres no Rio de Janeiro se dava dentro de uma proposta considerada científica e modernizadora. Seu programa educacional incluía aulas de ginástica, formação para o trabalho e exaltação dos valores nacionais, incentivando seus alunos a participarem dos cultos aos heróis nacionais e da celebração de datas históricas como a Independência e a Proclamação da República.

A educação para o trabalho era de extrema importância para Leolinda e fazia parte do seu projeto civilizacional. O fim da escravidão e a adoção do trabalho assalariado traziam consigo a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para assumir os postos de trabalho nos diversos setores da economia. A educação profissionalizante surge como uma preocupação com a educação dos trabalhadores e a promoção da sua capacidade produtiva. Para tal empreendimento que se fazia necessário substituir a pedagogia de tradição jesuítica e humanista, que privilegiava o estudo dos clássicos da Filosofia e da Literatura por um ensino que privilegiava o caráter científico na construção do currículo escolar.

O processo de renovação de mentalidades promovido pela difusão das idéias liberais e progressistas, na segunda metade do século XIX, possibilitou a exaltação do valor da ciência e da técnica como instrumentos capazes de transformação social. Somente a ciência poderia abrir o caminho que levaria a nação a forjar o novo homem racional e trabalhador necessário para o progresso da nação (VIEIRA, 2009). As reformas educacionais do final do século XIX e início do XX, amplamente influenciadas pelo ideal cientificista, estavam sendo implantadas a partir da visão do papel da educação como um instrumento responsável pela civilização do homem, devendo se voltar para a formação do brasileiro como cidadão. Para isso, se fazia necessário incluir no currículo escolar disciplinas de caráter científico, moral e cívico, com o objetivo de conscientizar o cidadão de seu papel na construção de uma nação moderna.

(...) a ciência era o conhecimento que melhor revelava o sentido do progresso e da sociedade civilizada. Por isso, ela sobressaía como um conhecimento essencial para a vida moderna, o conhecimento útil e válido cujas verdades podiam ser aplicadas aos mais variados negócios da vida prática: na indústria, no trabalho, na conservação da saúde, no exercício dos deveres políticos e sociais, na condução da vida moral. (SOUZA,2000:20)

Este é o cerne da proposta educacional de Leolinda Daltro para os índios. A inserção das populações indígenas à sociedade nacional só poderia ser efetivada através de uma “educação racional, e um processo absolutamente laical, científico, industrial e emancipador”. A sua proposta de catequese laica se apresentava como uma oposição à catequese religiosa a partir da defesa de um currículo educacional com técnicas e formação profissionalizante e também artes, ciência e literatura. É nas vantagens oferecidas por um currículo educacional de caráter científico que a professora Daltro se respalda para demonstrar a ineficiência do trabalho missionário entre os índios e ao mesmo tempo comprovar os resultados positivos da sua proposta de catequese laica.

Transformar índios em civilizados era um fator primordial para o desenvolvimento e progresso nacional. Caberia à educação a tarefa de imprimir nestes indivíduos novos hábitos e caráter, disseminando novos padrões morais e intelectuais. E os índios formados pela professora Daltro no Rio de Janeiro eram a prova mais concreta de que através de uma educação “*científica e industrial*”, isto é, sem resquícios de religiosidade e com uma formação voltada para o mercado de trabalho, seria possível transformar bárbaros em indivíduos civilizados e úteis para atender as necessidades da nação.

(...) Tornei-os cidadãos úteis, pois lhes dei profissão, sendo dois ferreiros, dois carpinteiros, um pintor e um mecânico, empregando-se este na Estrada de Ferro Central do Brasil como ajustador de máquinas, já tendo quase prontos os preparatórios para fazer exame na Escola Politécnica, quando foi vitimado pela gripe em 1918. (DALTRO, 1920)

O processo de educação das cinco índias que viveram em sua casa no Rio de Janeiro em muito se assemelham à pedagogia destinada às mulheres não índias. Podemos perceber uma preocupação em formar mulheres que estivessem preparadas para manter a si mesma e a sua família em caso de necessidade, como a viuvez.

Às índias (duas cherentes, duas guaranys e uma caraó), além da mais perfeita educação doméstica que receberam, tornando-se bôas donas de casa, ensinei também profissões úteis. Fizeram-se habéis costureiras (a guarany e as cherente, constando-me que uma dellas tem officina de costuras em Goyas, revelando-se a caraó uma perfeita florista, sendo sua especialidade de trabalho de flores em pennas. (DALTRO, 1920)

Entre as fotos que ilustram seu livro, *Da catechese dos índios*, a professora publicou algumas imagens onde aparece ensinando as índias a costurar e lavar roupas. Para além da introdução de instrumentos de trabalho até então desconhecidos pelas índias, como a máquina de costura, a transformação dessas habilidades de corte e costura e de artesanato em atividades profissionais também contribui para modificações nos modos de produção tradicionais, já que nas sociedades indígenas as atividades produtivas desempenham papéis não só econômicos, mas também sociais, religiosos, políticos e culturais. No caso das sociedades guaranis, de onde provinham duas educandas da professora Daltro, o sistema econômico era regido pelas relações de parentesco, o que estruturava a relação de produção e do consumo. Além disso, o trabalho coletivo era uma realidade – que se mantém até os dias atuais – servindo como elemento primordial de manifestação de solidariedade entre o grupo (Souza: 2002).

Podemos perceber também uma preocupação em conformar as índias dentro de um determinado modelo do que seria uma perfeita “*mãe de família*”, baseado em referências morais distintas da sua cultura original. A influência do positivismo, ainda que dotado de distorções, adaptações e interpretações variadas, contribuiu para a formação da imagem do papel da mulher como responsável pela educação dos homens, que por sua vez seriam os responsáveis pela *regeneração da humanidade*. Na teoria positivista a mulher tinha um papel primordial, pois além de procriar e cuidar da ordem da casa cabia à mulher a responsabilidade de cuidar da educação moral da família e dos filhos.

O melhoramento moral do homem constitui, pois, a principal missão da mulher nessa incomparável união instituída para o aperfeiçoamento dos dois sexos. Quanto às funções da mãe, já vós as definistes como o consistindo sobretudo em dirigir o conjunto da educação humana a fim de que o coração aí prevaleça sempre sobre o espírito. (COMTE: 1978:273)

Companheiras, mas inferiores aos homens, as mulheres eram dotadas de uma superioridade afetiva, consubstanciada no instinto maternal, combinação de altruísmo e bondade. Neste sentido, a transformação dos modos de conduta e comportamento das índias era uma das grandes contribuições que se poderia dar à civilização do país. Responsáveis pela educação dos filhos, a elas caberiam o papel de propagadoras dos princípios dos éticos e morais necessários para a transformação de bárbaros em indivíduos civilizados e úteis para o desenvolvimento da nação.

Além da formação profissional, a tarefa de civilização dos índios também incluía inculcar nos mesmos o gosto pelo conforto e pelas comodidades da civilização de modo que pudessem ser incluídos nos projetos de construção de uma nação moderna e civilizada. Para isso se fazia necessário “despertar nelles o gosto mais elevado pelas Artes e Bellas Artes, a Litteratura, a Sciencia, e o cultivo mental, sem nenhuma preocupação religiosa ou sectaria e sem instruil-os de superstições, de fanatismo, e de preconceitos irracionaes”.

Dentro desta proposta, os alunos índios da professora Daltro também tinham aulas de canto e música. Considerado conteúdo essencial no programa de ensino primário, a educação musical tinha um caráter moral e utilitário. Incluída no currículo escolar ao lado de outras disciplinas, pretendia-se favorecer o desenvolvimento físico, espiritual e intelectual, pois como elemento ordenador dos sentidos, a música promove a sensibilidade, porta de entrada para a razão (JARDIM, 2004).

A música produz n'alma uma verdadeira cultura interior, e faz parte da educação do povo. Tem por efeito desenvolver os vários órgãos do ouvido e da palavra, adoçar os costumes, civilizar as classes inferiores, aligeirar para elas as fadigas do trabalho, e proporcionar-lhes um inocente prazer, em vez de distrações muita vez grosseiras e arruinadoras. (BARBOSA, 1974).

O ensino da música aos índios não se apresentava como uma novidade. A supressão da música nativa e a introdução de novas formas e instrumentos musicais podem ser vistas desde o período colonial. O uso do canto e de instrumentos foi importante ferramenta para a conversão dos índios e amplamente utilizada pelos jesuítas. Mas no caso dos educandos da professora Daltro, a educação musical não tinha a função de cristianizar. A educação musical fazia parte de um projeto amplo de transformação dos índios a fim de conforma-los dentro de um determinado padrão

cultural considerado pelos não-índios como moderno e civilizado. Visando o apagamento de suas identidades culturais, consideradas bárbaras e primitivas, o ato de civilizar os índios pressupunha a incorporação da língua, do vestuário, religião e costumes considerados civilizados.

Através da atuação de Leolinda os índios foram se afastando dos hábitos considerados selvagens para adquirirem outros condizentes com o de cidadãos educados e adaptados à vida em uma cidade como a Capital Federal. Mas talvez a maior prova dos resultados da ação civilizadora proposta pela professora seja a transformação dos índios homens em votantes. Ao contrário dos frades, que na sua opinião “jamais educaram ou apresentaram sequer a sociedade algum indígena por eles preparado para as lutas da vida civilizada” ela havia transformado os índios em “cidadãos da República, investindo-os nos seus direitos civis e políticos”.

A transformação dos índios em eleitores representava que os mesmos alcançaram um grau elevado de civilização, que no seu entendimento, significava opinar e decidir sobre a vida política do país através do voto. O exercício da cidadania através do voto significaria uma tomada de consciência destes indivíduos a respeito da participação política e do reconhecimento das instituições consideradas pelos não índios como válidas. Isto porque a aceitação e manuseio dos referentes não índios são em si mesmo um dado de civilidade, tendo em vista a auto-atribuição destes como num patamar mais elevado.

O Estado republicano precisava de cidadãos que soubessem não apenas ler e escrever, mas compreender e pensar e, principalmente, capazes de perceber as virtudes da organização social até então alcançada (VALDEMARIN, 1998). O alcance deste objetivo aparece expresso nas palavras de Kuroki Porpipó, índio Krahô educado por Leolinda e tornado eleitor, participando de uma eleição para Deputado, em 1906, em um discurso na União Cívica Brasileira. Neste discurso, Porpipó exaltava os resultados do trabalho de educação da professora, que mesmo tendo se dado num espaço de apenas cinco meses, foi capaz de fazer-los gozar da “benéfica luz da civilização” pois tinha sido a “única pessoa civilizada que entrou nas nossas tabas com intenções bemfazejas”.

Nas suas palavras, apesar de contar com um catequista na aldeia, seus pares nunca haviam alcançado o grau de civilidade que o trabalho pedagógico de Leolinda

possibilitou. Isto porque o trabalho da professora teria ido além de lhes ensinar as letras com um estilete na areia do terreiro da aldeia, pois primava em lhes inculcir o

sentimento de patriotismo, ensinando-nos os hinos republicanos para cantarmos em nossos folgedos, numa palavra, fazendo-nos sentir a necessidade de gozar como todos os outros brasileiros, os benefícios da civilização. Ensinou-nos a amar e compreender a Republica, a nós, que da vida conheciamos apenas o que nos dictava o instinto!
(DALTRO, 1920:496)

Este resultado se apresentava como uma resposta concreta a críticas e questionamentos a respeito da utilidade e do papel da educação dos índios. Para Leolinda Daltro, a incorporação destes estava para além do aprendizado da língua, da adoção dos costumes e de uma formação profissional – elementos importantes na constituição de um modelo ideal de civilidade. Transformar selvagens em civilizados estava em fazer com que povos antes distintos, histórica, lingüística e culturalmente fossem capazes de se reconhecerem como pertencentes a uma mesma comunidade política e social. Sua incorporação estava aliada a sua utilidade como elemento de trabalho e a sua inclusão no “*conjunto dos cidadãos*”.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947 (Obras Completas, v.10, t.1-4).

COMTE, Augusto. Catecismo positivista. In: **Os pensadores**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.273.

DALTRO, Leolinda. **Início do feminismo no Brasil** – Subsídios para a História. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1918.

_____. **Da catechese dos índios no Brasil**. Notícias e documentos para a história. 1896-1911. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

GALLAIS, Estevão M. **O apóstolo do Araguaia**. Frei Gil de Villanova, missionário dominicano. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

JARDIM, Vera Lucia Gomes. Os sons da República. O ensino da música nas escolas públicas de São Paulo na Primeira República. **27ª Reunião da ANPEd**, Caxambu, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **História das Mulheres no Brasil**. DEL PRIORE, Mary (org); 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, Margarida de Souza. **As vitrines do progresso**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1986.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra. (1870-1889)**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1896.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 8, nº 18, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos CEDES**, ano XX, v.20, nº 51, Campinas, nov.2000.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

VIEIRA, César Romero Amaral. Os republicanos e a educação idealizada: a concepção evolutiva do pensamento educacional na primeira República. **IX Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**, 2009, São Carlos - SP. Pesquisa em educação no Brasil: balanço do século XX e desafios para o século XXI. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.